Recebido em 18 de 01 de 1990

Gabinete da Presidência

Sejejeje

GABINETE DO GOVERNADOR

OFÍCIO Nº 08/90-GG.

João Pessoa, 16 de janeiro de 1990.

Senhor Presidente,

Em obediência ao disposto no art. 65, § 1º, da Constituição do Estado, estou encaminhando, em anexo, a Vossa Excelência, as razões do VETO oposto ao Projeto de Lei nº 148/89, originário desse Poder e que modifica tabela da Lei nº 5.127, de 27 de janeiro de 1989, sobre tributos.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço.

TARCÍSIO DE MIRANDA BURITY
Governador

Excelentíssimo Senhor
Deputado JOÃO FERNANDES DA SILVA
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa
N E S T A

V E T O

No uso da prerrogativa que me outorga o art. 65, § 1º, da Constituição do Estado, VETO o Projeto de Lei nº 148/89, originário da Assembleia Legislativa e que altera tabela da Lei nº 5.127, de 27 de janeiro de 1989.

Trata-se de modificação de lei sobre taxas de fiscalização e utilização de serviços públicos, matéria tributária, cuja iniciativa foge à competência do Poder Legislativo.

Efetivamente, a Carta Estadual estabelece, no seu art. 63, § 1º, inciso II, alínea "b", que são de iniciativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre matéria tributária e orçamentária e serviços públicos.

Dessa forma, a proposição do Legislativo carece de suporte constitucional, o que me conduz a opor-lhe VETO, na forma do disposto no art. 63, § 1º, da Constituição do Estado.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 15 de janeiro de 1990; 102º da Proclamação da República.

TARCÍSIO DE MIRANDA BURITY
GOVERNADOR

Estado da Paraíba
Assembleia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

AUTÓGRAFO Nº 107/89
PROJETO DE LEI Nº 148/89

V E T O

EM : 15 / 01 / 1990

Altera tabela de Lei nº 5.127
de 27 de janeiro de 1989.

Samir
GOVERNADOR

Art. 1º - A tabela A, a que se refere o Art. 2º da Lei nº 5.127, de 27 de janeiro de 1989, passa a vigorar com a redação na forma da tabela em anexo.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Paço da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, em João Pessoa 21 de dezembro de 1989.

João Fernandes da Silva
JOÃO FERNANDES DA SILVA
PRESIDENTE

Efraim de Araújo Moraes
EFRAIM DE ARAÚJO MORAIS
1º SECRETÁRIO

Aécio Pereira de Lima
AÉRCIO PEREIRA DE LIMA
2º SECRETÁRIO

Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

TABELA A

PODER DE POLÍCIA - TAXA DE FISCALIZAÇÃO
BASE DE CÁLCULO - UFR/PB.

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO DO FOTO GERADOR	FATOR		X UFR/PB.	
		POR REG	POR DIA	POR MÊS	POR ANO
1.28.00	Oficinas para recuperação de veículos				
1.28.01	Oficinas para reparo ou recuperação de veículos auto-motores (1a. classe)	5.00		1.50	
1.28.02	Oficinas para reparo ou recuperação de veículos auto-motores (2a. classe)	2.00		0.40	
1.28.03	Oficinas para reparo ou recuperação de veículos auto-motores (3a. classe)	1.00		0.20	
1.28.04	Sucatas, Desmanches e Similares	4.00		1.00	
1.29.00	Oficinas para Recuperação de Armas				
1.29.01	Oficinas para reparo ou recuperação de Armas de Fogo	3.00		1.00	
1.30.00	Estacionamentos Públicos				
1.30.01	Garagem ou Pateo de estacionamento Público (Por cada 20 M2 de área útil)	1.00		0.10	
1.30.02	Escola para Motorista	10.00		1.00	
1.31.00	Escola para Motorista				
1.32.00	Locadoras de veículos Auto-Motores				
1.32.01	Locadoras de Veículos Auto-Motores	10.00		1.00

ESTADO DA PARAIBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA

João Pessoa - Pb.

Ao deputado Romalho
Leste para relatar
Em 14.3.90
Waldemar Freyre

Estado da Paraíba
Assembleia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VETO AO PROJETO DE LEI Nº 148/89

EMENTA: Altera tabela de Lei nº 5.127, de 27 de janeiro de 1989.

AUTOR: O DEPUTADO JOSÉ LUIS MAROJA

RELATOR: O DEPUTADO RAMALHO LEITE

PARECER

A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça recebe o Veto Governamental ao Projeto de Lei nº 148/89, de autoria do nobre Deputado José Luis Maroja, que "Altera tabela de Lei nº 5.127, de 27 de janeiro de 1989."

S. Exa. o Governador do Estado usou prerogativas que lhe são conferidas pelo art. 65, § 1º, da Constituição do Estado, por tratar-se de modificação de lei sobre taxas de fiscalização e utilização de serviços públicos, matéria tributária, cuja iniciativa é exclusiva ao Poder Executivo, de acordo com os preceitos estabelecidos no art. 63, § 1º, inciso II, alínea "b".

Esta Comissão após as análises procedidas e comprovando a inconstitucionalidade da matéria, opina favoravelmente pela manutenção do Veto Governamental.

Salvo melhor juízo,
É o Parecer.

Sala das Comissões, 21 de março de 1990.

PRESIDENTE

RELATOR

MEMBRO

MEMBRO

MEMBRO